



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Págs.

Carta Aberta aos Órgãos de Soberania de São Tomé e Príncipe – Contenção da Violência1

Carta Aberta aos Órgãos de Soberania de São Tomé e Príncipe – Contenção da Violência

O grupo de cidadãos naturais de São Tomé e Príncipe que compõem o Fórum Telanon na rede social Facebook, vem por meio desta Carta Aberta, manifestar ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia, ao Primeiro-Ministro, ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, aos senhores deputados da Assembleia da República, aos membros do Governo, ao Presidente do Governo Regional do Príncipe e a todos os órgãos judiciais e judiciários, a sua preocupação com a situação actual do nosso Estado de Direito, da Justiça, em geral, e, em especial, com a escalada de actos de actos criminosos a que vimos assistindo, cometidos isoladamente, por cidadãos comuns que reagem impulsivamente a quaisquer ilícitos, fazendo assim o que julgam ser «justiça privada», substituindo-se ao Estado.

Aos Órgãos de soberania de São Tomé e Príncipe, solicitamos a sua pronta intervenção no sentido de pôr fim ao grassar desenfreado destes actos de desenfreado destes actos de desumanidade, tomando medidas para estancar tais comportamentos, nomeadamente através de uma eficaz intervenção e prevenção policial. Pretendemos, através desta Carta Aberta, expressar o nosso apelo ao combate à violência, à crueldade e à tortura, assim, pedimos que seus praticantes sejam levados sem demora à barra dos tribunais para aí responderem, se esse for o caso, que sejam punidos, por os consideramos crimes contra os direitos humanos; pedimos que as vítimas sejam ressarcidas dos danos físicos e morais infligidos; pedimos que sejam protegidas potenciais vítimas desta e de qualquer «(in) justiça privada», como deve fazer qualquer Estado de Direito digno desse nome.

Uma sociedade civilizada é aquela em que os direitos de todos os seus cidadãos, sem excepção, são respeitados. A justiça dos homens é para ser feita nos Tribunais, não nas ruas, nem nos quintais e muito menos em habitáculos, donde não saem os gritos das vítimas, onde não chega o Estado, onde não chega a justiça. Só é possível encontrar a justiça numa sociedade cujo enquadramento jurídico serve de garantia à segurança e à protecção de toda a população, indiscriminadamente, responsabilizando e punindo os criminosos e ressarcindo as vítimas. A perigosa e vulgar «justiça pelas próprias mãos» traduz frequentemente a profunda desumanidade e o corrosivo ódio existente.

Por isso, exigimos medidas urgentes que salvaguardem a dignidade da Vida e os Direitos Humanos sempre ao abrigo dos princípios de um Estado de Direito como é São Tomé e Príncipe.

Temos a certeza de contar com um apoio generalizado de sectores cada vez mais amplos da cidadania são-tomense, sectores que defendem uma presença e actuação pronta de autoridades policiais, com vista a preservar a segurança pública, dotando seus agentes de meios e de competências para o cumprimento da sua importante missão.

A proliferação de imagens violentas nos média nacionais e estrangeiros, que através dos seus jornais e cadeias de televisão, tal como têm sido trivialmente divulgadas, preocupa-nos sobejamente, uma vez que, para além de banalizarem o valor da vida humana, podem incitar e glorificar a violência e a crueldade, promovendo, ainda – por carecerem de juízos críticos públicos e vigorosos – uma cultura e um simulacro de legitimidade a pratica de atrocidades.

Violência gera violência, como bem sabemos, pelo que instamos os órgãos de comunicação social, em particular a TVS, os jornais e os jornais-on-line, assim como a cidadania responsável a usar de sensatez na avaliação crítica de tais imagens, contribuindo também de forma activa para a responsabilização e na solidificação da confiança no sistema judicial são-tomense.

Aproveitamos a oportunidade para condenar os actos violentadores a que temos assistido, com incrueldade, na televisão estatal, assim como as imagens, gratuitamente difundidas, por exemplo, de cadáveres de vítimas de violência em diversos meios de comunicação social.

A educação é a base de todo o desenvolvimento. Conhecemos a influência que as imagens têm sobre os mais jovens, choca-nos a exibição de telefilmes violentos e de terror, sem classificação adequada, em horário nobre, por isso, solicitamos à Entidade Reguladora AGER e aos Órgãos de comunicação social um escrutínio rigoroso da informação e das imagens divulgadas, no sentido de não ser promovida uma cultura de «olho por olho», de violência cega e imediata.

Ao contrário, apelamos, para a promoção permanente de uma CULTURA de PAZ em São Tomé e Príncipe, de não-violência, de diálogo, de respeito, de tolerância e de solidariedade. Para mudar os valores actuais, crenças e comportamentos negativos é necessário uma transformação fundamental e estrutural da nossa sociedade para uma nova consciência baseada na aquisição de valores positivos.

É também fundamental lutar, com todos os meios, contra a pobreza e a exclusão social, factores frequentemente ligados a violência.

Os órgãos de comunicação social dentro da sua liberdade de divulgação, têm acima de tudo o dever e a grande responsabilidade de contribuir para uma educação de (e com) qualidade dos mais jovens, pelo que consideramos de vital importância para o futuro do país a promoção de valores éticos que dotem as futuras gerações de bom senso e justiça nos seus actos.

Por isso, apelamos que se promova uma Campanha de Conscientização Pública que ensine o espírito de paz, da justiça, do desenvolvimento e da luta contra a discriminação, a violência e intolerância.

Estamos convictos que o empenho dos órgãos de soberania, dos poderes judiciais e judiciários, das polícias, das escolas e da comunicação social, a que ora apelamos, em parceria com toda a sociedade civil são-tomense, na defesa das acções atrás explicitadas, contribuirá decisivamente para a construção de um país melhor.

16 de Outubro de 2011.

Assinado,

Cidadãos e amigos de São Tomé e Príncipe:

- Deodato Capela, nacionalidade: Luso-São-tomense
- Maria Alves Neto dos Anjos Trovoada: São-tomense BI: 21385
- Leoter Viegas, nacionalidade: São-tomense BI: 66895
- Maria Soledad Sabbe Torres, nacionalidade: São-tomense BI: 98076
- Soukheyra Bragança Neto, nacionalidade São-tomense BI: 71134
- Edite Castilho Torres, nacionalidade São-tomense
- Maria Luisa Quaresma Pinto da Rocha Cabral, naturalidade: São-tomense, nacionalidade: Portuguesa
- Oscar Trovoada dos Santos, nacionalidade: São-tomense (Riboque/Conceição)
- Edgar Faustino: Natural de São Tomé e Príncipe, nacionalizado Português
- Cesio Junqueira, BI: 66050
- Xavier Muñoz Torrent, nacionalidade Espanhola-Barcelona, amigo de (Uba Budo)
- José do Nascimento Makengo, nacionalidade São-tomense, Passaporte: S-021317
- Jerónimo de Ceita Moniz, São-tomense, Passaporte: S-041520
- Ilianyse Obiara Teves Trovoada, nacionalidade: São-tomense BI-78079
- Heulla Montoia Afonso, nacionalidade São-tomense BI: 85073
- Júlio Pontífice, São-tomense
- Irina Costa, São-tomense
- Auro Abílio Bragança Neto, São-tomense, Passaporte: S-046228
- Isabel Maria ramos dos Santos – Portuguesa
- Anklis Lima do Sacramento Neto – São-tomense Passaporte: T-007242
- Hugo Menezes, São-tomense
- Bernardino de Almeida Neto, São-tomense
- Pedro Carvalho, nacionalidade São-tomense, BI: 84407
- Raul Jorge Bragança Net, São-tomense, Passaporte: S081785
- Ketty Keila Borges, São-tomense, BI: 99220